

Elpídio **Donizetti**

Curso Didático de

**DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**



atlas

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 20.12.2016

As 13 primeiras edições são da Editora Lumen Juris. A partir da 14ª edição, a Editora Atlas passou a publicá-la.

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Donizetti, Elpidio

Curso didático de direito processual civil / Elpidio Donizetti. – 20. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Inclui Bibliografia.

ISBN 978-85-97-00848-7

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título.

10-05382

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)

2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Sumário

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1. O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código.....	3
1. O Direito Processual Civil.....	3
1.1 Conceito e fontes.....	3
1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do novo Código.....	8
1.2.1 A estrutura do novo Código.....	9
1.2.2 Os diversos tons do novo Código.....	11
1.2.3 <i>Ex nihilo nihil fit</i> . O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém.....	14
1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil.....	15
1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo novo CPC.....	18
2. A principiologia do novo Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais.....	25
1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo.....	25
1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo.....	26
1.2 O “modelo constitucional do processo”.....	28
2. Princípios processuais como direitos fundamentais.....	29
2.1 Introdução: princípios, regras e valores.....	29
2.2 Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais).....	31

2.3	Positivização infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais	32
2.4	Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais	32
3.	Os princípios e as garantias processuais no novo Código de Processo Civil.....	32
3.1	Princípio do devido processo legal.....	34
3.2	Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º	36
3.3	Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º	37
3.4	Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º	38
3.5	Princípio da boa-fé processual – art. 5º	38
3.6	Princípio da cooperação – art. 6º	40
3.7	Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º	42
3.8	Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10	43
3.9	Princípio da ampla defesa	45
3.10	Princípio da função social do processo – art. 8º	47
3.11	Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º	47
3.12	Princípio da proporcionalidade – art. 8º	49
3.13	Princípio da razoabilidade – art. 8º	50
3.14	Princípio da legalidade – art. 8º	50
3.15	Princípio da publicidade – art. 8º	51
3.16	Princípio da eficiência – art. 8º	52
3.17	Princípio da lealdade processual.....	52
3.18	Princípio da motivação – art. 11	53
3.19	Princípio da cronologia – art. 12.....	54
3.20	Princípio da imparcialidade.....	55
4.	Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência	56
4.1	Princípio do juízo natural	56
4.2	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	57
4.3	Princípio da identidade física do juiz.....	58
4.4	Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível).....	59
4.5	Princípio da adequação (ou da adaptabilidade).....	59
4.6	Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição	60
4.7	Princípios dispositivo e inquisitivo.....	60

4.8	Princípio da instrumentalidade das formas	60
4.9	Princípio da economia processual	62
4.10	Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado).....	62
4.11	Princípio da verdade real	64
4.12	Princípio da oralidade	64
4.13	Princípio da liberdade das partes no processo.....	65
4.14	Princípio da congruência.....	65
3.	Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15).....	69
1.	Introdução.....	69
1.1	A lei processual civil no espaço.....	69
1.2	A lei processual civil no tempo	71
1.2.1	Direito intertemporal no novo CPC.....	75
2.	Normas processuais civis como fontes subsidiárias	77
4.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil.....	81
1.	Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual.....	81
2.	Jurisdição.....	82
2.1	Conceito de jurisdição.....	82
2.2	Características da jurisdição.....	82
2.2.1	Unidade	82
2.2.2	Secundariedade	85
2.2.3	Substitutividade.....	87
2.2.4	Imparcialidade.....	88
2.2.5	Criatividade.....	89
2.2.6	Inércia	90
2.2.7	Definitividade.....	91
2.3	Princípios da jurisdição.....	92
2.3.1	Princípio do juízo natural	92
2.3.2	Princípio da improrrogabilidade.....	94
2.3.3	Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade).....	95
2.3.4	Princípio da inevitabilidade.....	95
2.3.5	Princípio da indelegabilidade.....	96
2.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	96

3. Tutela jurisdicional.....	99
3.1 Principais espécies de tutelas jurisdicionais	101
3.2 Sistematização das tutelas jurisdicionais.....	104
3.3 Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu	107
3.4 Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil ...	108
4. Meios alternativos de pacificação social.....	111
4.1 Autotutela.....	113
4.2 Mediação e conciliação.....	113
4.3 Julgamento por órgão administrativo	114
5. Arbitragem	115
6. Ação	119
6.1 Conceito e evolução.....	119
6.2 O novo CPC e as “condições da ação”	122
6.3 Elementos da ação.....	124
6.4 Classificação das ações	127
7. Processo.....	131
7.1 Conceito	131
7.2 As várias visões do processo.....	134
7.2.1 Processo e procedimento	134
7.2.2 Processo como contrato	135
7.2.3 Processo como quase contrato	136
7.2.4 Processo como relação jurídica	136
7.2.5 Processo como situação jurídica	137
7.2.6 Processo como instituição jurídica	137
7.2.7 Processo como procedimento em contraditório.....	138
7.2.8 Processo como entidade complexa.....	138
7.3 Sujeitos do processo.....	140
7.4 Espécies de processo.....	140
8. Pressupostos processuais.....	141
9. Pressupostos e requisitos processuais.....	142
10. Os diversos planos do mundo jurídico	143
10.1 O plano da existência.....	143
10.2 O plano de validade	144
10.3 O plano de eficácia.....	144
11. Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais.....	145
11.1 Pressupostos processuais subjetivos	145

11.2	Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda	149
11.3	Requisitos processuais subjetivos de validade.....	149
11.4	Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual	156
11.5	Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos).....	158
11.6	Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo	160
11.7	Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte	164
11.8	Teorias da exposição e da asserção	165
12.	Processo eletrônico ou autos virtuais	167
5.	A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41).....	171
1.	Introdução.....	171
2.	Limites da jurisdição nacional.....	172
2.1	Competência concorrente.....	173
2.2	Competência exclusiva	176
2.3	Cláusula de eleição de foro	177
3.	Cooperação internacional.....	178
3.1	Introdução.....	178
3.2	Autoridade central	180
3.3	Reciprocidade	180
3.4	Mecanismos de cooperação internacional.....	181
3.4.1	Auxílio direto (ou assistência direta).....	181
3.4.2	Carta rogatória	183
3.4.3	Homologação de sentença estrangeira	184
6.	Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69)	187
1.	Introdução.....	187
2.	Princípios norteadores da competência jurisdicional.....	188
2.1	Princípio do juízo natural	188
2.2	Princípio da competência sobre a competência (<i>Kompetenzkompetenz</i>)... ..	188
2.3	Princípio da perpetuação da competência (<i>perpetuatio jurisdictionis</i>)....	188
3.	Critérios determinativos da competência	189
3.1	Critério objetivo	190
3.1.1	Competência em razão do valor da causa.....	190
3.1.2	Competência em razão da matéria e em razão da pessoa.....	191

3.2	Critério funcional.....	194
3.3	Critério territorial	195
3.3.1	Foro geral	195
3.3.2	Foros especiais	196
4.	Metodologia para determinação da competência.....	200
5.	(In)competência absoluta e relativa.....	201
6.	Modificação da competência	203
6.1	Prorrogação.....	203
6.2	Conexão e continência	204
6.3	Eleição de foro (derrogação da competência)	206
7.	Prevenção	207
8.	Regra da acessoriedade.....	209
9.	Conflito de competência	209
10.	Cooperação nacional	210
7.	Partes e procuradores (arts. 70 a 112).....	215
1.	Partes.....	215
1.1	Conceito	215
1.2	Capacidade de ser parte	217
1.3	Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade de judiciária ou legitimação <i>ad processum</i> : diversos nomes para o mesmo conceito	218
1.3.1	Capacidade processual dos cônjuges	220
1.3.2	Capacidade processual dos entes referidos no art. 75....	222
1.4	Incapacidade processual e irregularidade na representação	224
1.5	Dos deveres das partes e de seus procuradores.....	225
1.5.1	Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé	228
1.6	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do novo Código de Processo Civil.....	231
1.6.1	O pagamento das despesas processuais.....	232
1.6.1.1	Do ônus de adiantar as despesas processuais	232
1.6.1.2	Da obrigação final pelo custo do processo	233
1.6.1.3	Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade	235
1.6.2	Os honorários advocatícios.....	237
1.6.2.1	Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais.....	241
1.6.2.2	Titularidade e cobrança dos honorários	243

1.7	Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos.....	251
2.	Procuradores.....	255
2.1	A capacidade postulatória conferida aos advogados.....	255
2.2	Procuração assinada digitalmente	257
2.2.1	Requisitos da procuração.....	258
2.3	Direitos dos advogados	259
3.	Sucessão das partes e dos procuradores.....	261
8.	Litisconsórcio (arts. 113 a 118)	263
1.	Conceito	263
2.	Classificação do litisconsórcio.....	264
3.	Hipóteses legais de litisconsórcio.....	265
3.1	Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual.....	266
4.	Litisconsórcio unitário e necessário	267
5.	Litisconsórcio necessário: ativo e passivo	269
6.	Litisconsórcio multitudinário.....	270
7.	Autonomia dos litisconsortes	272
9.	Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138).....	277
1.	Noções gerais	277
1.1	Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no novo CPC.....	278
2.	Assistência (arts. 119 a 124).....	279
2.1	Conceito	279
2.2	Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente... ..	280
2.2.1	Assistência simples.....	280
2.2.1.1	Extensão da coisa julgada e efeitos da interposição de recursos na assistência simples.....	281
2.2.2	Assistência litisconsorcial.....	282
2.3	Limite temporal para admissão do assistente e impugnação	282
3.	Denúnciação da lide (arts. 125 a 129)	284
3.1	Conceito	284
3.2	Hipóteses de admissibilidade	285
3.3	(Não) obrigatoriedade da denúnciação.....	288
3.4	Procedimento	288
3.5	Procedimentos que admitem a denúnciação.....	289

3.6	A possibilidade de condenação direta de seguradora	290
3.7	Julgamento da denunciação da lide e verbas de sucumbência....	293
4.	Chamamento ao processo (arts. 130 a 132).....	294
4.1	Conceito	294
4.2	Hipóteses de admissibilidade	296
4.3	Procedimento	297
4.4	Chamamento ao processo nas ações de alimentos	298
4.5	Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor	300
5.	Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137)....	301
5.1	Noções gerais.....	301
5.2	(Des)necessidade de ação autônoma.....	303
5.3	Legitimidade para a instauração do incidente	303
5.4	Desconsideração inversa da personalidade jurídica.....	304
5.5	Hipóteses de cabimento	305
5.6	Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica....	306
5.7	Efeitos da desconsideração	308
6.	<i>Amicus curiae</i> (art. 138).....	309
6.1	Introdução.....	309
6.2	O <i>amicus curiae</i> como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais.....	311
6.3	Natureza jurídica.....	312
6.4	Intervenção do <i>amicus curiae</i> nas ações de controle de constitucionalidade.....	312
6.5	A intervenção do <i>amicus curiae</i> nos demais processos judiciais.....	313
6.5.1	Requisitos para a intervenção do <i>amicus curiae</i>	314
6.5.2	Procedimento para a intervenção	315
6.5.3	Momento para a intervenção.....	316
6.5.4	Interposição de recursos	317
6.5.4.1	Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção.....	317
6.5.4.2	Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas.....	318
6.5.5	Necessidade de advogado.....	319
7.	Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do novo CPC?	320
8.	A intervenção anômala das pessoas de Direito público.....	321

10. O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175).....	323
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	323
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional.....	330
3. Limites da decisão	331
4. Princípio da identidade física do juiz	331
5. Responsabilidades do juiz	332
6. Impedimentos e suspeição	333
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos.....	336
7. Auxiliares da justiça	338
11. As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 e art. 133 da CF).....	345
1. Introdução.....	345
2. As funções essenciais à justiça.....	347
2.1 O Ministério Público	347
2.1.1 Natureza da atuação.....	348
2.1.2 Princípios institucionais.....	349
2.1.3 Formas de atuação	350
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo	353
2.1.5 Prazos e responsabilidades.....	353
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência.....	354
2.1.7 Legitimidade para recorrer	355
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil	355
2.2 A Advocacia Pública.....	360
2.2.1 Funções.....	361
2.2.2 Autonomia	361
2.2.3 Formas de atuação	363
2.2.4 Prazos e responsabilidades.....	363
2.3 A Defensoria Pública.....	365
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea	366
2.3.2 Funções.....	366
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no novo CPC.....	368
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade.....	370

2.3.4	Princípios institucionais.....	372
2.3.5	Prazos e responsabilidades.....	373
2.4	A Advocacia Privada.....	375
12.	Atos processuais (arts. 188 a 293)	377
1.	Conceito	377
2.	Classificação dos atos processuais.....	377
2.1	Atos da parte.....	378
2.2	Pronunciamentos (ou atos) do juiz.....	378
2.2.1	Sentença.....	378
2.2.2	Acórdão	379
2.2.3	Decisão interlocutória	379
2.2.4	Despachos	380
2.3	Atos do escrivão	380
3.	Forma dos atos processuais.....	383
3.1	Convenção acerca da forma dos atos processuais.....	384
4.	Atos processuais praticados por meio eletrônico.....	385
4.1	Assinatura eletrônica	386
4.2	Informática jurídica	389
5.	Linguagem utilizada nos atos processuais	392
6.	Publicidade dos atos processuais.....	392
7.	O tempo e o lugar dos atos processuais.....	392
8.	Férias e feriado forenses	394
9.	Os prazos processuais	397
9.1	O curso dos prazos.....	398
9.2	Termo inicial dos prazos	399
9.2.1	Regras especiais	401
9.3	Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública	401
10.	Preclusão	402
11.	Verificação dos prazos e penalidades	403
12.	Comunicação dos atos processuais.....	404
12.1	Citação.....	405
12.1.1	A interrupção da prescrição como efeito do despacho que ordena a citação	407
12.1.2	Declaração de ofício da prescrição e da decadência.....	408
12.2	Intimação	409

13. Nulidades.....	409
13.1 Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia	410
13.2 Nulidade absoluta e nulidade relativa	410
13.3 Sistema de nulidades no CPC.....	411
13.3.1 Considerações gerais	411
13.3.2 Momento de arguição da nulidade	412
13.3.3 Decretação da nulidade e seus efeitos	413
13.3.4 Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público	413
13. Tutela provisória (arts. 294 a 311)	417
1. Noções gerais	417
2. A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias.....	419
3. Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias.....	422
4. Tutela provisória e recurso.....	425
5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública	426
6. Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	429
6.1 Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada)	429
6.2 Requisitos para concessão das tutelas de urgência	430
6.3 Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência	431
6.4 Momento para o deferimento das tutelas de urgência.....	432
6.5 A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada	432
6.6 Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência..	433
7. Da tutela cautelar.....	435
7.1 Das tutelas idôneas para asseguaração do direito.....	435
7.2 A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo	438
7.3 A tutela cautelar requerida em caráter antecedente	438
7.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente	438
7.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar....	440
7.3.3 As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo.....	440
7.3.4 Momento para formulação do pedido principal.....	442
7.3.5 O pedido principal – procedimento	445
7.3.6 Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar.....	446

8. Da tutela antecipada.....	448
8.1 Linhas gerais sobre a tutela antecipada	448
8.2 Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada	449
8.3 Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	450
8.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	451
8.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar	452
8.3.3 O aditamento da petição inicial e a citação do réu.....	453
8.3.4 A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente	454
8.3.4.1 Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada.....	457
9. Da tutela da evidência.....	459
9.1 Noções gerais	459
9.2 Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência	461
14. Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317)	467
1. Visão geral do processo	467
2. Formação da relação processual.....	467
2.1 Estabilização do processo.....	468
3. Suspensão do processo	469
3.1 Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I)	470
3.2 Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II)	471
3.3 Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição	471
3.4 Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	471
3.5 Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, <i>a e b</i>)	471
3.6 Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI)	472
3.7 Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VII).....	473
3.8 Suspensão para verificação da existência de fato delituoso.....	473
4. Extinção do processo	473

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1.	Procedimento comum (arts. 318 a 512).....	477
1.	Noções gerais	477
2.	Determinação do procedimento	478
3.	Visão geral do procedimento comum	478
4.	Fase postulatória.....	480
4.1	Petição inicial.....	480
4.1.1	Requisitos da petição inicial	480
4.1.1.1	Requisito especial do art. 330, § 2º.....	483
4.1.2	O pedido e suas espécies	484
4.1.3	Alteração do pedido.....	486
4.2	Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação.....	486
4.2.1	Declaração de impedimento ou de suspeição	486
4.2.2	Emenda da petição inicial.....	487
4.2.3	Deferimento da petição inicial	487
4.2.4	Indeferimento da petição inicial	487
4.2.4.1	Recurso do indeferimento da inicial	489
4.2.5	Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar	489
4.2.5.1	Recurso contra a decisão de improcedência liminar	493
4.3	Audiência conciliatória	494
4.4	Resposta do réu	495
4.4.1	Contestação.....	495
4.4.1.1	Alegação de ilegitimidade do réu.....	499
4.4.1.2	A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu	500
4.4.1.3	Contagem do prazo para a contestação.....	502
4.4.2	Reconvenção	502
4.4.3	Convenção de arbitragem	504
4.5	Revelia.....	506
5.	Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo	508
5.1	Extinção do processo.....	509
5.2	Julgamento antecipado do mérito.....	510
5.3	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	511

6. Saneamento e organização do processo	512
7. Fase instrutória ou probatória	515
7.1 Audiência de instrução e julgamento	516
7.2 Provas	518
7.2.1 Produção antecipada da prova	524
7.2.2 Ata notarial	526
7.2.3 Depoimento pessoal	526
7.2.4 Confissão	528
7.2.5 Exibição de documento ou coisa	530
7.2.6 Prova documental	533
7.2.7 Arguição de falsidade	535
7.2.8 Documentos eletrônicos	537
7.2.9 Prova testemunhal	539
7.2.10 Prova pericial	543
7.2.10.1 Indeferimento e dispensa da prova pericial....	544
7.2.10.2 Prova técnica simplificada	545
7.2.10.3 Perícia consensual	545
7.2.10.4 Procedimento	546
7.2.10.5 Requisitos do laudo pericial	550
7.2.10.6 Nova perícia	551
7.2.10.7 Responsabilidade do perito	551
7.2.10.8 Assistentes técnicos	551
7.2.10.9 Escusa, impedimento e suspeição	552
7.2.10.10 Substituição do perito	553
7.2.10.11 O juiz e o laudo pericial	554
7.2.11 Inspeção judicial	556
7.2.11.1 Procedimento	558
8. Fase decisória	559
8.1 Considerações gerais	559
8.2 Conceito de sentença	560
8.3 Sentença terminativa	560
8.3.1 Hipóteses de extinção sem resolução do mérito	561
8.4 Sentença definitiva	565
8.5 Elementos essenciais da sentença	571
8.5.1 Ausência de fundamentação	572
8.6 Classificação e efeitos das sentenças definitivas	576

8.7	Conformação da sentença ao pedido	578
8.8	Sentenças <i>citra petita</i> , <i>ultra petita</i> e <i>extra petita</i>	578
8.9	Sentença condicional	580
8.10	Sentença e fato superveniente	581
8.11	Modificação da sentença	582
8.12	Efeitos da sentença	583
8.13	Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa	585
8.14	Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade	587
8.15	Remessa necessária (art. 496)	588
9.	Coisa julgada	592
9.1	Introdução	592
9.2	Conceito de coisa julgada	593
9.3	Limites da coisa julgada	595
9.3.1	Limites objetivos da coisa julgada	596
9.3.1.1	Coisa julgada e questão prejudicial	598
9.3.2	Limites subjetivos da coisa julgada	600
9.4	Coisa julgada e relação jurídica continuativa	602
9.5	Coisa julgada nas ações coletivas	603
9.5.1	Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos	606
9.5.2	Coisa julgada e direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	608
9.5.3	Coisa julgada e direitos individuais homogêneos	608
9.5.4	A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas	608
9.6	Relativização da coisa julgada	610
9.7	Outros aspectos da coisa julgada	615
10.	Liquidação de sentença (arts. 509 a 512)	617
10.1	Noções gerais	617
10.2	Determinação do valor da condenação por cálculo do credor	618
10.3	Liquidação na pendência de recurso	618
10.4	Procedimento	619
10.4.1	Liquidação por arbitramento	620
10.4.2	Liquidação pelo procedimento comum	620
10.5	Outros aspectos da liquidação	621

2. Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538)	623
1. Introdução	623
2. Títulos executivos judiciais	624
3. Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença	629
3.1 Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado	633
4. Cumprimento provisório	635
4.1 Procedimento	638
5. Cumprimento definitivo	639
5.1 Honorários advocatícios no cumprimento definitivo	643
5.2 Moratória legal e cumprimento de sentença	644
5.3 Impugnação (defesa do devedor)	645
5.3.1 Legitimidade	646
5.3.2 (Des)necessidade de prévia garantia do juízo	646
5.3.3 Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação	647
5.3.4 Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo	653
5.3.5 Alegação de fato superveniente	654
6. Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos	656
6.1 Cumprimento da sentença mediante desconto em folha	658
6.2 Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios	658
6.3 Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios	659
6.4 Abandono material	661
7. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	662
7.1 Introdução	662
7.2 Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública	663
7.2.1 Pagamento por meio de precatório	663
7.2.2 Pagamento por meio de RPV	665
7.2.3 Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988	667
7.3 Procedimento	668
7.3.1 Impugnação e condenação em honorários	669
7.3.1.1 Honorários na execução invertida	670
7.3.1.2 Honorários nas condenações em ações coletivas	670

8.	Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer	671
8.1	Cumprimento provisório da multa.....	673
9.	Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa.....	675
9.1	Benfeitorias e direito de retenção e indenização.....	675
3.	Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009	677
1.	O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis	677
1.1	Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995)	679
1.2	Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001)	679
1.3	Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009)	680
2.	Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis.....	681
3.	Composição dos Juizados Especiais Cíveis.....	683
4.	Competência dos Juizados Especiais Cíveis	685
4.1	Considerações gerais	685
4.2	Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995)	685
4.3	Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001)	690
4.3.1	Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais.....	693
4.4	Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009)	694
5.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	695
5.1	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995)	696
5.2	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001)	698
5.3	Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009)	699
6.	Capacidade postulatória.....	700
7.	Intervenção de terceiro e litisconsórcio.....	702
7.1	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	702
7.1.1	Procedimento	704
8.	Intervenção do Ministério Público	705
9.	Medidas de urgência	706

10. Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis.....	707
10.1 Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais	708
10.2 Os atos processuais nos Juizados Especiais federais.....	708
10.3 Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	709
11. Extinção do processo sem resolução do mérito.....	709
12. Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais	710
12.1 Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais	710
12.2 Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais.....	712
12.3 Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública..	713
13. Recursos cabíveis.....	714
13.1 Considerações gerais	714
13.2 Recurso inominado contra sentença (apelação).....	715
13.3 Embargos de declaração contra sentença ou acórdão.....	717
13.4 Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela	719
13.5 Recurso extraordinário	720
13.6 Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência	721
14. Outros meios de impugnação das decisões	725
15. O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	729
16. Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo.....	730
17. Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais	733
17.1 Juizados Especiais estaduais	733
17.2 Juizados Especiais federais.....	735
17.3 Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	737

Parte III – Procedimentos Especiais

1. Procedimentos especiais (arts. 580 a 718).....	747
1. Introdução.....	747
2. Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549).....	748
2.1 Noções gerais.....	748
2.2 Hipóteses autorizadoras da consignação	751
2.3 Objeto da consignação em pagamento	753
2.4 Modalidades de consignação.....	754

2.4.1	Consignação extrajudicial.....	754
2.4.2	Consignação judicial.....	756
2.5	Legitimidade para a ação de consignação.....	757
2.5.1	Legitimidade ativa.....	757
2.5.2	Legitimidade passiva.....	758
2.6	Foro competente.....	758
2.7	Procedimentos da consignação.....	759
2.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	759
2.8.1	Consignação de prestações sucessivas.....	760
2.8.2	Valor da causa.....	761
2.8.3	Citação.....	761
2.8.4	Atitudes do réu.....	761
2.8.5	Respostas do réu.....	762
2.8.6	Complementação do depósito.....	763
2.9	Instrução.....	763
2.10	Sentença.....	764
2.11	Outros aspectos da consignação em pagamento.....	764
2.11.1	Consignação principal e consignação incidente.....	764
2.11.2	Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito.....	764
2.11.3	Resgate de aforamento.....	765
3.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553).....	769
3.1	Noções gerais.....	769
3.2	Legitimidade.....	769
3.3	Competência.....	770
3.4	Procedimento.....	770
3.4.1	Primeira fase.....	771
3.4.1.1	Respostas possíveis.....	772
3.4.1.2	Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas.....	773
3.4.2	Segunda fase.....	774
3.4.3	Sucumbência na ação de exigir contas.....	776
4.	Ações possessórias (arts. 554 a 568).....	778
4.1	Noções gerais sobre a posse.....	778
4.2	Natureza jurídica da posse.....	779
4.3	Classificação da posse.....	780

4.4	Proteção possessória.....	781
4.4.1	O juízo possessório e o juízo petitório	781
4.4.2	Ações possessórias típicas	783
4.4.3	A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência.....	784
4.4.4	Outros mecanismos para a tutela da posse.....	787
4.5	Fungibilidade das possessórias.....	788
4.6	Natureza dúplice das ações possessórias.....	788
4.7	Procedimento das ações possessórias.....	789
4.7.1	Legitimação e intervenção de terceiros.....	789
4.7.2	Competência.....	790
4.7.3	Petição inicial.....	791
4.7.4	Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar ou mediante justificação prévia.....	793
4.7.4.1	Justificação prévia	794
4.7.5	Respostas do réu.....	795
4.7.5.1	Reconvenção	796
4.7.5.2	A exceção de domínio	797
4.8	Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos	798
4.9	Litígios coletivos pela posse de bem imóvel.....	800
5.	Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598).....	804
5.1	Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação.....	804
5.2	Procedimento da ação demarcatória.....	805
5.3	Procedimento da ação divisória.....	807
5.4	Demarcação e divisão por escritura pública.....	808
6.	Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609).....	809
6.1	Introdução.....	809
6.2	Objeto	810
6.3	Legitimidade.....	811
6.4	Competência.....	812
6.5	Procedimento	812
7.	Inventário e partilha (arts. 610 a 673)	815
7.1	Introdução.....	815
7.2	Espécies de inventário	817
7.3	Inventário negativo	817

7.4	Inventário extrajudicial	818
7.5	Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial.....	819
7.5.1	Legitimidade	819
7.5.2	Competência.....	821
7.5.3	Intervenção do Ministério Público	822
7.5.4	Petição inicial.....	822
7.5.5	Administração provisória e inventariança.....	823
7.5.6	Primeiras declarações.....	825
7.5.7	Citação.....	826
7.5.8	Impugnação às primeiras declarações.....	826
7.5.9	Avaliação dos bens e últimas declarações	827
7.5.10	Pagamento das dívidas do autor da herança	828
7.5.11	Colaço e sonegação	828
7.6	A partilha propriamente dita.....	829
7.6.1	Sobrepartilha	831
7.6.2	Invalidação da partilha	831
7.6.3	Partilha e a sucessão do nascituro.....	832
7.7	Procedimento do arrolamento sumário.....	832
7.8	Procedimento do arrolamento comum.....	834
8.	Embargos de terceiro (arts. 674 a 681)	839
8.1	Noções gerais	839
8.2	Legitimidade para os embargos	841
8.2.1	Legitimidade ativa.....	841
8.2.1.1	Legitimidade ativa do promissário comprador.....	843
8.2.2	Legitimidade passiva.....	844
8.3	Competência.....	845
8.4	Momento para a oposição dos embargos de terceiro	846
8.5	Procedimento	847
8.5.1	Petição inicial.....	847
8.5.2	Da liminar	848
8.5.3	Citação	848
8.5.4	Contestação.....	849
8.5.5	Sentença.....	849
8.6	Outras questões processuais	850
8.6.1	Desconsideração da personalidade jurídica	850
8.6.2	Embargos de terceiro e fraudes	850

9. Oposição (arts. 682 a 686).....	856
9.1 Introdução.....	856
9.2 Aspectos da oposição.....	856
9.3 Procedimento	856
10. Habilitação (arts. 687 a 692)	858
10.1 Considerações gerais	858
10.2 Aspectos do procedimento da habilitação.....	858
11. Ações de família (arts. 693 a 699)	859
11.1 Introdução.....	859
11.2 Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010	860
11.2.1 Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010	862
11.3 Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos....	863
11.3.1 Legitimidade e intervenção de terceiros	865
11.3.2 Contestação.....	865
11.3.3 Reconvenção	866
11.3.4 Revelia.....	867
11.3.5 Tutelas provisórias.....	868
11.3.6 Sentença.....	868
11.4 Implicações da dissolução matrimonial.....	869
11.4.1 O nome de casado.....	869
11.4.2 Os alimentos	870
11.4.3 Guarda dos filhos	871
11.5 Reconhecimento e extinção de união estável.....	872
11.5.1 União estável como entidade familiar	872
11.5.2 Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável	873
11.5.3 Extinção da união estável.....	875
11.6 Guarda, visitação e filiação	877
11.6.1 A questão da guarda compartilhada.....	877
11.7 Especificidades das ações de família.....	878
11.7.1 Foro competente.....	878
11.7.2 Incentivo à conciliação e mediação	879
11.7.3 Citação	880
11.7.4 Intervenção do Ministério Público	880
11.7.5 Alienação parental	881

12. Ação monitória (arts. 700 a 702).....	883
12.1 Introdução.....	883
12.2 Natureza jurídica da ação monitória	885
12.3 Legitimidade e interesse de agir	887
12.4 Prova documental como pressuposto da tutela monitória.....	889
12.5 Objeto da ação monitória	893
12.6 Competência.....	893
12.7 Procedimento	894
12.7.1 Petição inicial.....	894
12.7.2 Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório.....	894
12.7.3 Citação	895
12.7.4 Respostas possíveis do devedor	896
12.7.5 Natureza jurídica dos embargos monitórios	897
12.7.6 Processamento dos embargos.....	898
12.8 Sentença.....	899
12.9 Coisa julgada.....	901
12.10 Execução	903
12.11 Outras questões processuais	903
12.11.1 Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública	903
12.11.2 Ação monitória contra incapazes.....	904
12.11.3 Ação monitória contra massa falida e devedor insolvente.....	905
12.11.4 Litigância de má-fé.....	906
13. Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706)	908
13.1 Introdução.....	908
13.2 Homologação judicial.....	909
13.3 Homologação extrajudicial.....	910
14. Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711).....	911
15. Restauração de autos (arts. 712 a 718).....	914
16. Procedimentos especiais extintos com o novo CPC.....	917
2. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770)	919
1. Disposições gerais	919
1.1 Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária	921
1.2 Procedimentos previstos no art. 725	924

2. Notificação e interpelação (arts. 726 a 729).....	927
3. Alienações judiciais (art. 730)	928
4. Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734)	929
4.1 Noções gerais	929
4.1.1 A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges?	930
4.1.2 Manutenção da separação judicial e extrajudicial	933
4.2 Separação judicial consensual	936
4.3 Divórcio judicial consensual.....	936
4.4 Extinção consensual de união estável.....	937
4.5 Alteração do regime de bens do matrimônio.....	938
4.6 Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável	941
4.6.1 Petição inicial.....	941
4.6.2 Tentativa preliminar de reconciliação	942
4.6.3 Sentença.....	943
4.7 Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais.....	944
4.7.1 Generalidades	944
4.7.2 Via administrativa: faculdade ou imposição?.....	945
4.7.3 As formalidades da escritura pública	947
4.7.3.1 Conteúdo da escritura pública	947
4.7.3.2 Efeitos da escritura.....	949
4.7.4 Presença do advogado	949
4.7.5 Condições para o acesso à via extrajudicial.....	950
4.7.6 Atuação do Ministério Público	950
4.7.7 O papel do tabelião	950
5. Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737).....	955
6. Herança jacente (arts. 738 a 743)	958
7. Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745)	960
7.1 Disposições suprimidas pelo novo CPC	961
8. Das coisas vagas (art. 746).....	963
9. Da interdição (arts. 747 a 758)	964
9.1 Considerações gerais	964
9.2 Procedimento da interdição	968
9.2.1 Competência.....	968

9.2.2	Legitimidade	968
9.2.3	Petição inicial.....	970
9.2.4	Citação e demais atos do processo.....	971
9.2.5	Levantamento da curatela	974
9.2.6	Interdição parcial	974
9.3	Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763).....	975
10.	Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765)	977
10.1	Elaboração, aprovação e alteração do estatuto	977
10.2	Extinção da fundação	978
11.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770)	980
11.1	Noções gerais	980
11.2	Procedimento	980

Parte IV – Processo de Execução

1.	Teoria geral da execução (arts. 771 a 796).....	985
1.	Introdução.....	985
2.	Tutela executiva	987
3.	Competência para a execução	989
3.1	Modificação ou prorrogação da competência.....	990
3.2	Prevenção do juízo executivo	991
3.3	Declaração de incompetência na execução	992
3.4	Conflito de competência na execução.....	992
4.	A ação de execução	993
4.1	Requisitos processuais da ação executiva	993
4.1.1	Legitimidade para a execução	994
4.1.2	Interesse processual para a execução.....	995
4.2	Princípios da execução	997
5.	Requisitos ou pressupostos processuais da execução	998
5.1	Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento	999
5.2	Pressupostos específicos do processo executivo	1000
6.	Títulos executivos.....	1001
7.	Cumulação de execuções.....	1007
8.	Atos do processo executivo.....	1008

9. Partes na execução	1009
9.1 Posição do cônjuge ou companheiro na execução	1013
9.2 Sucessão processual na execução	1014
9.3 Litisconsórcio na execução	1015
10. Intervenção de terceiros no processo de execução	1016
11. Responsabilidade patrimonial	1020
11.1 Responsabilidade originária	1020
11.2 Responsabilidade secundária	1020
11.3 Responsabilidade envolvendo direito de superfície	1022
11.4 Fraude à execução	1023
11.4.1 Fraude à execução e bem não sujeito a registro	1025
11.4.2 Efeitos da alienação.....	1026
11.4.3 Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica.....	1026
11.4.4 Fraude à execução x fraude contra credores.....	1027
12. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1028
2. Execuções em espécie (arts. 797 a 913).....	1035
1. Introdução.....	1035
2. Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813).....	1038
2.1 Execução para entrega de coisa certa	1038
2.2 Execução para entrega de coisa incerta.....	1039
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823)	1041
3.1 Considerações gerais	1041
3.2 Execução das obrigações de fazer	1041
3.3 Execução das obrigações de não fazer.....	1043
4. Execução por quantia certa (arts. 824 a 909).....	1045
4.1 Considerações gerais	1045
4.2 Proposição da ação de execução	1045
4.2.1 Averbação da execução nos registros públicos.....	1046
4.3 Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora.....	1048
4.3.1 Impenhorabilidade.....	1053
4.3.2 Aspectos importantes relativos ao bem de família	1062
4.3.3 Indicação de bens à penhora	1069
4.3.4 Penhora por termo nos autos	1072
4.3.5 Penhora por meio eletrônico (“penhora <i>on-line</i> ”).....	1073
4.3.6 Penhora sobre bem indivisível	1079

4.3.7	Penhora de créditos.....	1080
4.3.7.1	Penhora no rosto dos autos.....	1081
4.3.7.2	Penhora de mão própria.....	1082
4.3.8	Penhora das quotas ou ações de sociedades personifi- cadas	1082
4.3.9	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes	1083
4.3.10	Penhora de percentual de faturamento de empresa	1084
4.3.11	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel....	1086
4.3.12	Avaliação dos bens penhorados	1087
4.3.13	Intimação da penhora.....	1089
4.3.14	Substituição da penhora.....	1091
4.3.15	Natureza e efeitos da penhora	1093
4.4	Expropriação.....	1094
4.4.1	Adjudicação	1094
4.4.2	Alienação (por iniciativa particular e por leilão judi- cial).....	1098
4.4.2.1	Atos preparatórios.....	1101
4.4.2.2	Do leilão	1104
4.4.2.3	Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação.....	1108
4.4.2.4	Invalidação, ineficácia e resolução da arrema- tação	1109
4.4.2.5	Desfazimento da arrematação	1111
4.4.2.6	Desistência unilateral do arrematante.....	1113
4.4.3	Apropriação de frutos e rendimentos.....	1113
4.5	Satisfação do crédito	1114
4.5.1	Pagamento parcelado.....	1115
4.5.2	Concurso de preferência	1116
4.5.3	Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados.....	1117
5.	Execução contra a fazenda pública (art. 910).....	1124
5.1	Embargos à execução contra a Fazenda Pública.....	1125
6.	Execução de alimentos (arts. 911 a 913)	1129
7.	Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980).....	1132
8.	Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973).....	1144
8.1	Noções gerais.....	1144

8.2	Caracterização da insolvência	1145
8.3	Legitimação para a insolvência	1147
8.4	Competência para a insolvência	1147
8.5	Procedimento da insolvência	1147
8.5.1	Etapa de conhecimento	1148
8.5.2	Etapa da administração	1149
8.5.3	Etapa da liquidação	1151
8.6	Outros aspectos do processo de insolvência	1152
3.	Embargos do executado (arts. 914 a 920).....	1155
1.	Noções gerais, conceito e natureza jurídica	1155
2.	Embargabilidade da execução	1156
3.	Legitimidade e prazo para os embargos do executado.....	1157
4.	Juízo competente	1159
5.	Embargos à execução.....	1160
5.1	Matérias argúveis nos embargos à execução	1160
5.2	Procedimento dos embargos	1164
5.2.1	Postulação	1164
5.2.2	Cognição preliminar	1166
5.2.3	Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos	1169
5.2.4	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	1170
5.2.5	Impugnação aos embargos.....	1172
5.2.6	Audiência e julgamento dos embargos.....	1173
5.3	Parcelamento do objeto da execução.....	1174
6.	Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos	1175
4.	Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925).....	1183
1.	Suspensão e extinção do processo de execução	1183
1.1	Da suspensão do processo executivo.....	1183
1.2	Da extinção da execução.....	1185

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1.	Precedente judicial (arts. 926 e 927).....	1191
1.	Introdução.....	1191

2. Precedentes	1191
2.1 Noções fundamentais	1191
2.1.1 <i>Common law, civil law e stare decisis</i>	1191
2.1.2 <i>Civil Law</i> e a questão da segurança jurídica	1194
2.1.3 A convivência com o <i>stare decisis</i>	1195
2.1.4 Distinção: métodos e resultados da aplicação do <i>distin-guishing</i>	1196
2.1.5 Incorporação do <i>overruling</i> e modulação dos efeitos das decisões.....	1197
2.2 A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro.....	1200
2.3 A força normativa dos precedentes no novo Código de Processo Civil.....	1201
2.3.1 Fundamentação das decisões judiciais.....	1202
2.3.2 Uniformização da jurisprudência	1202
2.3.3 Precedentes obrigatórios	1205
2.3.4 Precedentes e julgamento de improcedência liminar....	1208
2.3.5 Precedentes e reclamação constitucional	1209
2.4 Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no novo CPC	1210
2. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 e 993)	1215
1. Introdução.....	1215
2. Ordem dos processos nos tribunais.....	1216
2.1 Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribu-nais	1216
2.2 Das atribuições do relator	1217
2.3 Da preparação e do julgamento	1222
3. Processos de competência originária dos tribunais.....	1228
3.1 Incidente de assunção de competência (art. 947)	1228
3.1.1 Noções gerais.....	1228
3.1.2 Requisitos	1228
3.1.3 Procedimento	1229
3.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950)	1230
3.2.1 Noções gerais.....	1230

3.2.2	Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade	1231
3.2.3	Procedimento	1232
3.2.4	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	1233
3.3	Conflito de competência (arts. 951 a 959)	1235
3.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória (arts. 960 a 965)	1235
3.4.1	Noções gerais e inovações do novo CPC	1235
3.4.2	Execução de medidas de urgência	1237
3.4.3	Requisitos e competência	1238
3.4.4	Procedimentos	1239
3.4.5	Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira	1239
3.5	Ação rescisória (arts. 966 a 975)	1241
3.5.1	Considerações gerais	1241
3.5.2	Decisão de mérito	1242
3.5.3	Natureza jurídica da ação rescisória	1244
3.5.4	Pressupostos da ação rescisória	1245
3.5.5	Rescisão x anulação do julgado	1256
3.5.6	Competência	1257
3.5.7	Legitimidade ativa	1258
3.5.8	Legitimidade passiva	1260
3.5.9	Prazo	1262
3.5.10	Procedimento da ação rescisória	1265
3.5.10.1	Petição inicial (art. 968)	1265
3.5.10.2	Depósito prévio	1267
3.5.10.3	Valor da causa	1269
3.5.10.4	Rescisão do julgado (<i>iudicium rescindens</i>) e rejuízo da demanda (<i>iudicium rescisorium</i>)	1269
3.5.11	Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda	1270
3.5.12	Defesa do réu	1271
3.5.13	Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória	1272
3.5.14	<i>Querela nullitatis</i> e ação rescisória	1273

3.6	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987)	1281
3.6.1	Noções introdutórias	1281
3.6.2	Diferenças e semelhanças com outros institutos	1282
3.6.3	Procedimento	1283
3.6.4	Suspensão dos processos	1285
3.6.5	Publicidade e manifestação de interessados	1286
3.6.6	Fundamentos do acórdão e recurso.....	1286
3.6.7	Tese paradigma e força normativa	1287
3.7	Reclamação (arts. 988 a 993)	1289
3.7.1	Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto	1289
3.7.2	Procedimento da reclamação no novo CPC.....	1292
3.7.2.1	Esgotamento de instâncias.....	1295
3.	Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008).....	1299
1.	Teoria geral dos recursos.....	1299
1.1	Conceito	1299
1.2	Espécies e classificação dos recursos	1300
1.3	Princípios fundamentais dos recursos	1301
1.3.1	Duplo grau de jurisdição.....	1301
1.3.2	Taxatividade	1302
1.3.3	Singularidade	1302
1.3.4	Fungibilidade.....	1303
1.3.5	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1306
1.3.6	Voluntariedade	1307
1.3.7	Dialeticidade.....	1307
1.3.8	Preclusão consumativa e complementaridade	1309
1.4	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	1310
1.4.1	Cabimento.....	1312
1.4.2	Legitimidade	1313
1.4.3	Interesse.....	1315
1.4.3.1	Interesse recursal e cumulação de pedidos....	1317
1.4.3.2	Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso.....	1318
1.4.4	Tempestividade.....	1319
1.4.5	Preparo	1325

1.4.6	Regularidade formal	1328
1.4.7	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer	1328
1.5	Efeitos dos recursos	1329
1.5.1	Efeito devolutivo	1329
1.5.2	Efeito translativo	1330
1.5.3	Efeito suspensivo	1331
1.5.4	Efeito substitutivo, expansivo e ativo.....	1332
1.6	Alcance do recurso do litisconsorte	1333
1.7	Recurso adesivo.....	1333
4.	Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044).....	1341
1.	Apelação (arts. 1.009 a 1.014)	1341
1.1	Conceito	1341
1.2	Extinção do agravo retido e apelação no novo CPC	1342
1.2.1	O agravo retido no CPC/1973	1343
1.2.2	A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias.....	1344
1.3	Efeitos da apelação	1345
1.3.1	Efeito devolutivo e translativo	1345
1.3.2	Aplicação da teoria da causa madura	1347
1.3.3	Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação	1349
1.3.4	Efeito suspensivo	1349
1.4	Procedimento na apelação	1354
1.4.1	Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial.....	1355
1.4.2	Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332.....	1355
1.4.3	Substitutivo dos embargos infringentes	1356
2.	Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020)	1360
2.1	Noções gerais	1360
2.2	Hipóteses de cabimento	1361
2.3	Procedimento	1365
2.3.1	Prazo e formação do instrumento	1365
2.3.2	Comunicação ao juízo de primeiro grau.....	1368

2.3.3	Procedimento no tribunal.....	1369
2.3.4	Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação.....	1370
3.	Agravo interno (art. 1.021)	1373
4.	Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026).....	1377
4.1	Conceito e cabimento	1377
4.2	Embargos com efeitos modificativos (infringentes).....	1379
4.3	Embargos para efeito de prequestionamento	1380
4.4	Procedimento	1381
4.4.1	Intempestividade por prematuridade.....	1382
4.5	Efeitos	1383
4.6	Embargos manifestamente protelatórios	1384
5.	Recurso ordinário (art. 1.027)	1386
5.1	Conceito e cabimento	1386
5.2	Procedimento	1388
6.	Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035).....	1390
6.1	Aspectos em comum	1390
6.1.1	Juízo de admissibilidade.....	1393
6.1.2	Vício formal em RE e REsp.....	1395
6.1.3	Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas	1395
6.1.4	Efeito suspensivo do RE e do REsp.....	1397
6.1.5	Efeito devolutivo do RE e do REsp	1397
6.1.6	Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade.....	1398
6.2	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	1400
6.3	Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário	1401
6.4	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	1403
6.5	Procedimento dos recursos especial e extraordinário	1405
6.6	Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041)	1408
6.6.1	Particularidades do sobrestamento.....	1411
7.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042)	1412

8. Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044)	1417
8.1 Noções gerais	1417
8.2 Cabimento	1418
8.3 Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário	1419

Parte VI – Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único – Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072)	1425
1. Introdução	1425
2. A <i>vacatio legis</i> do novo CPC	1425
3. Aplicação do novo CPC aos processos em curso	1427
3.1 Processos regulados pelo CPC/1939	1428
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048)	1430
5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051)	1431
6. Insolvência civil	1431
7. Regras especiais de transição	1431
7.1 As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do novo CPC	1431
7.2 Prescrição intercorrente	1432
7.3 Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional	1433
7.4 Depósitos judiciais	1434
7.5 Tutela provisória contra a Fazenda Pública	1435
8. Alterações legislativas	1435
8.1 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996	1435
8.2 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem....	1436
8.3 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais	1436
8.3.1 Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais	1437
8.3.2 Embargos de declaração	1438
8.4 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral	1440

9. Dispositivos revogados	1441
10. Usucapião administrativo ou extrajudicial	1444
10.1 Competência	1444
10.2 Requerimento da parte interessada	1444
10.3 Procedimento	1446
10.4 Não obrigatoriedade da via administrativa	1447
10.5 Intervenção do Ministério Público	1447
Referências bibliográficas	1449